

CACS-FUNDEB

Rio Claro

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2017, às treze horas e trinta minutos, estiveram reunidos nas dependências da Secretaria Municipal da Educação - Biblioteca, em reunião ordinária, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - Rio Claro: Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo, Camila Cilene Zanfelice, Bianca Tavares Barraca, Luciana Bianco da Silva, Osmar Arruda Garcia, Mônica Cristina Queiroz Christofolletti, Leandro Generoso Lopes, Daniele Cristina Alavarce e Rafaela Aparecida Gonçalves. A presidente Rosemeire iniciou a reunião com a leitura da ata da reunião anterior. A seguir iniciou apresentou o ofício com a indicação dos novos membros enviados pelo Secretário da Educação, o Profº Adriano Moreira. São eles: titulares – Mônica Cristina Queiroz Christofolletti e Osmar Arruda Garcia e suplentes – Mario David do Amaral Veiga e Rafaela Aparecida Gonçalves, mas como só estavam presentes dois membros deu continuidade informando sobre os ofícios enviados. Informou que obteve resposta do ofício solicitando novos membros para o conselho e o ofício solicitando informações sobre os gastos com os recursos do FUNDEB na qual fará a leitura dos dois no decorrer da reunião e que não obteve resposta do ofício de solicitação de um armário para documentação do FUNDEB e do ofício informando sobre as eventuais e contratadas se estão sendo pagas ou não com os recursos do FUNDEB. Continuou informando que o Secretário Adriano a chamou para entregar em mãos as respostas dos ofícios sobre a auditoria e auxílios-doença e esclareceu que sobre o auxílio doença ele informou que já acionou o Secretário de Finanças Sr. Dietrich e que esse, já estava resolvendo, adiantando que a devolução desse recurso será de responsabilidade do IPRC e como há uma dívida entre o município e Instituto esse valor vai ser reembolsado para a conta investimento. A respeito da auditoria o Secretário perguntou à Rosemeire com que recurso será feita essa auditoria e a Rosemeire respondeu que para pagamento como recursos do FUNDEB devem ser destinados a Educação Básica e que teria que investigar na legislação essa possibilidade e seria necessário fazer uma consulta para o FNDE na qual já fez essa consulta, mas ainda não obteve resposta. Rosemeire informou ainda que recebeu um ofício assinado pelo chefe de núcleo da Secretaria de Finanças comunicando que são favoráveis à auditoria e entende-se que se são favoráveis irão custear com o dinheiro do tesouro. Ressaltou que ainda não recebeu resposta do FNDE, mas acredita que não será possível custear a auditoria com recursos do FUNDEB e orientou o Secretário Adriano que procurasse o superintendente do IPRC Lineu para conseguir informações, tendo em vista, que já houve auditoria no IPRC e o Lineu tem todo conhecimento dos trâmites legais. A conselheira Camila perguntou sobre o ofício das eventuais e contratadas se estavam sendo pagas ou não com os recursos do FUNDEB e a Rosemeire respondeu que o Secretário disse que encaminhou este ofício para o Osmar – Diretor financeiro e patrimonial, porém ainda não obteve resposta. Osmar, pontuou que ainda não obteve resposta de seus funcionários sobre os contratados, apenas sobre os eventuais que não são pagos com os recursos do FUNDEB. A presidente mencionou que precisa verificar o impacto disso na folha de pagamento porque em conversa com o Secretário este apresentou um dado muito alto da folha de pagamento que está superior aos 90% do valor. Lembrou que a Heloísa (ex Secretária da Educação) informou no ano anterior, que a previsão do orçamento era de 80 milhões de reais e o que o atual Secretário verificou que esse repasse ficou cerca de 57 milhões de reais. Mediante isso Rosemeire orientou que os conselheiros teriam que somar o valor da folha de pagamento que elas têm em mãos com o valor do demonstrativo real para ver se estão batendo os valores. A seguir, com a chegada de todos os conselheiros indicados pelo Secretário deu posse a eles. E solicitou para se organizarem e ter um sempre presente nas reuniões para auxiliar, porque tem muito trabalho a realizar principalmente na conferência dos BFs que são muito demorados e temos prazo para entregar os pareceres. Rosemeire questionou os Conselheiros se o Mario David, indicado como suplente (que não estava presente), poderia tomar posse. Justificou que o mesmo já perdeu o mandato nessa gestão do Conselho por já fazer parte de dois mandatos consecutivos. Mediante tal situação o Conselho deliberou por não buscar na legislação a legalidade dessa indicação e o conselheiro Leandro se prontificou.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Rog.", "Caf.", and "oez".

Dando sequência a Rosemeire frisou que será necessário fechar as equipes de trabalho que são: equipe de contas de telefone e elektro e equipe de conferência dos BFs onde há necessidade de maior número de pessoas. Solicitou ainda um membro que fique responsável pela verificação das despesas do Estado e ela fica com a verificação dos extratos bancários e as contas. Ficou então definido que na verificação dos BFs ficarão Rafaela, Camila, Leandro e Daniele, na verificação das contas de telefone e elektro Luciana e Bianca, na verificação do convênio com o Estado a Mônica e na verificação de extratos bancários e contas a Rosemeire. A presidente solicitou à Mônica que verifique o contrato do convênio com o Estado apresentando uma cópia do contrato de municipalização para verificarmos o que o FUNDEB paga neste convênio sendo que o conselho vem solicitando esta informação há dois anos e até o presente momento nada foi apresentado. A presidente foi questionada pela Rafaela se não há necessidade de haver duas reuniões no mês para agilizar as conferências em atraso e a Rosemeire explicou que o atraso se deve porque o conselho não obteve os documentos para análise até dezembro mesmo com várias solicitações e cita que em novembro e dezembro vieram para reunião e foram embora devido a falta dos documentos para análise. O conselheiro Osmar – Diretor do Departamento Financeiro e Patrimonial se comprometeu a enviar mensalmente os extratos porque já acertou com os funcionários da tesouraria que assim que fechar o mês eles encaminham os extratos. Mediante isto a presidente frisou que se estivermos com os extratos em mãos mensalmente os trimestres serão fechados nas datas corretas sem atrasos. A conselheira Mônica interrompeu para perguntar o que será necessário esclarecer a respeito do convênio com o Estado e a Rosemeire esclareceu que é preciso verificar no contrato da municipalização qual as despesas que o fundo paga, porque sabe-se que há diretora de escola de Estado que não é lotada na escola que está trabalhando e duas inclusive são lotadas em outro município sendo necessário verificar o que consta no contrato de municipalização, a fim de verificar a legalidade. A seguir o conselheiro Leandro interrompeu para informar que havia encontrado no Regimento do Conselho sobre a situação do Mario David indicado pelo Secretário e leu o artigo e parágrafo a seguir ficando claro entre os membros que não poderá tomar posse. O regimento diz no artigo 8º “os conselheiros deverão ser nomeados para mandato de dois anos, permitida uma recondução” e no parágrafo 2º “será permitida nova participação de conselheiro que tenha exercido mandato na condição de reconduzido, apenas após o término de, pelo menos, um mandato do conselho, posterior àquele que o conselheiro tenha participado nesta condição”. Ficou decidido então que será enviado um ofício ao Secretário solicitando nova indicação. Dando continuidade a presidente Rosemeire informou que conversou com a Mônica – Diretora Administrativa sobre a dispensa do ponto dos funcionários para as reuniões do conselho e ficou decidido, que será encaminhada, a lista de presença digitalizada no portal para as devidas escolas a que os membros são lotados evitando assim consumo de papel e tinta. Rosemeire solicitou ao Osmar ou Rafaela que ficassem responsáveis sobre o levantamento do questionário que o PENATE envia a respeito do transporte e a Rafaela comentou que tem este questionário e já está respondendo. A Rosemeire informou que vai enviar esta informação aos diretores de escola como forma de coleta de dados para o momento em que houver necessidade de avaliação tendo em vista que em breve irá vencer o contrato do transporte e isto auxiliará na tomada de decisão. Foi discutido sobre o referencial que o Estado usa “gel localização” para saber a distância da residência do aluno até a escola e verificar se o aluno tem direito ou não ao transporte. A presidente comentou que o Secretário disse que não existe uma normatização sobre isso no município e que estão se baseando na do Estado sendo necessário fazer uma para o município. Na sequência Rosemeire fez a leitura do comunicado de 06 de janeiro de 2017 a respeito do atraso do pagamento mensal e das férias. Segue comunicado: O CACS-FUNDEB vem, por meio deste comunicado, prestar alguns esclarecimentos aos funcionários da Educação, da Rede Municipal de Rio Claro. No ano de 2016, por conta do não pagamento das férias dos profissionais da Educação em data exigida pela legislação (em dezembro de 2015), o Conselho deliberou encaminhar ofício (ofício 011/2016) ao Sindicato (SINDIMUNI) solicitando providências para a resolução deste problema, bem como do pagamento das multas resultantes de tal atraso, visto que esta não era uma competência do Conselho, por estar relacionada a questões jurídicas. Entretanto, até a presente data, não houve retorno do SINDIMUNI a respeito das ações tomadas. Por esta razão, neste ano de 2017, diante do mesmo problema, do pagamento atrasado de férias, com o agravante do pagamento incompleto dos salários referentes ao mês de dezembro de 2016, o Conselho, em reunião extraordinária realizada nesta data, deliberou solicitar aos servidores públicos da Educação uma cópia do holerite referente a dezembro de 2016 e do extrato bancário que comprove o depósito parcial do pagamento neste mês, a fim de ter provas para anexar ao processo que será encaminhado ao Ministério Público, fazendo uma denúncia formal do

388 Conf. Rog. [assinaturas]

atraso nos pagamentos. Esta solicitação dos documentos será feita formalmente via portal (Secretaria da Educação – SME), e as cópias digitalizadas dos documentos deverão ser enviados para o e-mail: cacsfundebrc@gmail.com. A questão referente ao direito de recebimento da multa (referente a dezembro de 2016) ficará a cargo do SINDIMUNI, ou advogados particulares dos funcionários. Em conversa com o Secretário Municipal da Educação, Adriano Moreira, e em posse de documentos fornecidos por sua equipe, o Conselho identificou que, no mês de dezembro de 2016 foi feito um repasse Federal (FUNDEB) de R\$6.529.375,16, o que seria quase suficiente para quitar a folha de pagamento (incluindo-se férias) dos professores e servidores efetivos da Rede Municipal de ensino. Porém, em 04 de janeiro de 2017 – data do primeiro dia de efetivo exercício do novo Secretário – um extrato bancário, fornecido por ele, mostra saldo de R\$ 1.317.800,00 o que, obviamente, não foi suficiente para realizar os pagamentos em sua totalidade, já que a folha de pagamento dos servidores da educação, junto com as férias totalizou: R\$ 6.719.283,32. Questionado sobre o destino da diferença que falta dos repasses realizados em dezembro, o Secretário nos respondeu que o período do gasto era anterior à sua competência, e se prontificou a solicitar a documentação que comprove a utilização destes recursos, uma vez que o Conselho ainda não teve acesso a estes documentos. O Secretário informou que, diante do saldo existente, a prefeitura angariou fundos para pagar o mínimo de R\$ 1.000,00. O dinheiro do FUNDEB não teria sido utilizado para pagar outros funcionários da prefeitura, como se poderia pensar. O Conselho questionou, ainda, sobre o período de transição de governos e a transparência nas informações a respeito dos valores aos quais tivemos acesso hoje, mas o Secretário informou que não foram apresentadas informações relevantes e que a transição se tratou de apenas uma reunião. Com relação ao pagamento do restante do salário e das férias, o Secretário afirmou que possivelmente até amanhã estaria na conta dos servidores, pois havia quatro repasses bloqueados devido ao atraso de um pagamento e que os mesmos seriam desbloqueados, mas nada oficial. Diante do exposto, o Conselho tomará as seguintes medidas, que são de sua competência: 1) Solicitar que a SME realize auditoria nas contas e gastos da Educação desses últimos 08 anos; 2) Realizar denúncia formal ao Ministério Público referente ao atraso no pagamento dos servidores da Educação (caso não ocorra até o final do dia de hoje); 3) Continuar trabalhando na fiscalização dos gastos com a Educação, reprovando as contas caso não estejam devidamente comprovadas, denunciando as irregularidades ao Ministério Público, se necessárias. Na sequência Rosemeire fez a leitura da resposta do ofício enviado ao Secretário Adriano onde a resposta dada foi a mesma relatada na conversa com ele no comunicado acima e disse que o Adriano se comprometeu de verificar e que acredita-se que o processo de auditoria irá mostrar o que aconteceu na verdade. Os Conselheiros pontuaram com é a responsabilidade do Conselho, a fiscalização, e que apesar das críticas emitidas a esse conselho, é o que o mesmo poderá fazer. Fiscalizar, realizar denuncia e a solicitação de uma auditoria. Encerrando os assuntos passou-se à conferência de contas e BFs pelos membros de acordo com a divisão feita das equipes de trabalho. Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião da qual eu, Edilene Loureiro Santo Antonio, lavrei a presente ata, assinada por mim e pelos demais presentes: Camila Cilene Zanfelice, Rosilva Bianca Soares Bauaca, Rafaela Aparecida Gonçalves, Edilene Loureiro Santo Antonio